CUT e governo traçam estratégia para defender pautas de interesses de trabalhadores

A CUT, confederações, federações e sindicatos filiados se reuniram com o governo federal nesta quarta-feira (14), no Palácio do Planalto, em Brasília, para criar uma estratégia de ação em torno das pautas de interesse da classe trabalhadora e do próprio governo. A missão foi instituir um canal de diálogo maior para que os temas sejam amplamente debatidos, priorizados e, assim, se possa ter uma melhor estratégia dentro do Congresso Nacional.

Participaram também da reunião lideranças partidárias e do governo na Câmara e no Senado, além da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O Secretário-Geral da CUT Nacional, Renato Zulato, presente ao encontro, ressaltou o 'peso' da iniciativa.

"É de grande relevância o encontro. Há uma necessidade de haver um canal permanente de diálogo entre as partes, não só para alinhar as posições, mas também para tratar das diferenças", disse o dirigente.

O trabalho agora é construir unidade de atuação dentro do Congresso Nacional, para uma luta coletiva e organizada contra pautas que ameaçam direitos e, ao mesmo tempo, defender e apresentar uma agenda positiva da classe trabalhadora.

A atuação no Congresso, de acordo com os sindicalistas, significa necessariamente reforçar o trabalho de convencimento dos parlamentares nas comissões, nos plenários e em seus estados, sobre a importância de aprovar, propor emendas ou mesmo rejeitar proposições da agenda prioritária que estão em tramitação.

Atualmente tramitam no Legislativo 238 proposições ligadas a projetos de interesse da classe trabalhadora. Dessas, na reunião, foram selecionadas prioritariamente 32 de

interesse do governo e outras 48 de interesse direto da classe trabalhadora para serem debatidas neste primeiro semestre de 2024.

Do lado dos trabalhadores, tais pautas incluem uma reforma tributária

justa e solidária, o combate à precarização das relações de trabalho, a regulamentação do trabalho por plataformas de aplicativos e o teletrabalho, além da construção de um entendimento sobre as proposições que tratam de direitos nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura e previdência social. Não menos importante, a aprovação pelo Congresso Nacional das convenções da OIT também foi tratada como prioridade.

Já entre as pautas elencadas pelo governo e que passam pela atuação e mobilização da classe trabalhadora, estão a defesa da democracia com a união e reconstrução do Brasil; o fomento ao desenvolvimento econômico com distribuição de renda; a geração de oportunidades de trabalho; a valorização dos servidores públicos; o estímulo às negociações coletivas e o fortalecimento das entidades sindicais.

Outras demandas

Em tempos de um Congresso Nacional cuja maioria dos parlamentares segue a 'cartilha' conservadora de atuação e, portanto, atua para obstruir os projetos e ações do governo federal e do campo progressista, o diálogo é um desafio relevante.

Na reunião, o consenso é de que a atual situação política do país é, de fato, adversa aos interesses dos trabalhadores, dada a realidade no



Congresso. Por isso, fica claro que o entendimento e o diálogo entre trabalhadores com o governo e com os parlamentares é imprescindível.

"Esse diálogo se dá com os parlamentares não apenas no Congresso, mas também em suas bases, ou seja, nos seus estados com trabalhadores pressionando para que aprovem as pautas de interesse da classe", diz Zulato, afirmando que é este o caminho para reverter retrocessos civilizatórios e os obstáculos à retomada do desenvolvimento do Brasil e assegurar trabalho decente, mais bem remunerados e com direitos.

Além do tema 'configuração do Congresso', também foram expostas a necessidade de melhorar o atendimento e o diálogo com ministérios e demais órgãos do governo. A proposta foi construir e manter canais permanentes de diálogo com o movimento sindical nesses órgãos.

Como resultado do encontro, sindicalistas e governo saíram dispostos a atuarem, lado a lado, para convencer parlamentares sobre a importância de contemplarem a classe trabalhadora nas votações.

A CUT atuará e fortalecerá a aliança com as demais centrais sindicais e com movimentos democráticos e populares para reforçar a luta pela democracia e pela união de todos e todas na reconstrução do país.

Escrito por: Redação CUT

Movimentos convocam ato no dia 23 em defesa da democracia

A CUT e demais movimentos sociais que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo preparam uma agenda nacional de luta no próximo sábado, dia 23 de março. Com o mote "ditadura nunca mais!", a manifestação terá a defesa da democracia como bandeira central, além de ser um momento para relembrar os 60 anos do golpe militar, pedir pela punição aos golpistas do 8 de janeiro de 2023 e o fim do genocídio na Palestina.

Em São Paulo, o ato terá início às 15h, no Largo São Francisco, em frente à Faculdade de Direito da USP, no centro — o local carrega um simbolismo por conta da resistência ao golpe de 64 e o ato de 11 de agosto de 2022, quando a sociedade se uniu para rechaçar os ataques feitos pelo ex-presidente à democracia.

"Novamente iremos ocupar as ruas, num processo gradual de mobilização e organização da classe trabalhadora, para defender as nossas pautas e o Estado Democrático de Direito. Não aceitaremos nenhum pedido de anistia, como querem os golpistas invasores de Brasília", afirma Osvaldo Bezerra, o Pipoka, secretário de Mobilização da CUT-SP.

Até o momento, o Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou mais de 80 pessoas que participaram da invasão e destruição das sedes dos três poderes em Brasília (DF), no início do ano passado. À época, os criminosos protestavam contra os resultados das urnas, quando a maioria dos brasileiros e brasileiras elegeu, pela terceira vez, Lula presidente.

Já outra investigação em curso busca en-

contrar os responsáveis pelo plano de golpe de Estado – também fracassado – em que membros do então governo do ex-presidente tentaram impor um regime autoritário ao país. Diante dos avanços das investigações, a bancada da extrema direita no Congresso Nacional chegou a sinalizar um projeto de lei para anistiar (espécie de perdão) os envolvidos.

"Infelizmente, por conta dos episódios do 8 de janeiro de 2023, vimos que é importante sempre relembrar o quanto o golpe fez mal ao país, atrasando o desenvol-

vimento, aprofundando as desigualdades e, principalmente, restringindo as liberdades e atacando quem se opunha ao regime. Muisindicatos, tos inclusive, sofreram intervenção em suas direções. Lembrar para que não se esqueça e nunca mais aconteça", continua



Pipoka, ao destacar que o ato de sábado coincide com a proximidade dos 60 anos do golpe militar, que aconteceu em 1º de abril de 1964.

Outra bandeira que estará presente será o pedido de cessar-fogo do genocídio em curso na Faixa de Gaza. Desde o início do conflito na região, as forças de Israel já mataram mais de 30 mil civis, sendo a maioria de mulheres e crianças, além de cometerem diversas violações de direitos.

Fonte: CUT São Paulo

